ATA Nº. 11/2015**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA TRÊS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E
QUINZE.** -----

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 109, do dia dois de junho do ano de dois mil e quinze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.683.260,92 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e sessenta euros e noventa e dois cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 752.847,25 (setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 10 da reunião ordinária realizada no dia vinte de maio do ano de dois mil e quinze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

03-06-2015

REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA BARRA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “A necessidade há muito sentida de renovação, requalificação e modernização do Mercado da Barra dotando-o de adequadas, modernas e funcionais condições de utilização, segurança e mobilidade, constituíram objetivos básicos na intervenção havida, ao que se associa a intervenção de requalificação da Praça fronteira dotando assim a imagem do Mercado melhor integrada no ambiente urbano envolvente, a qual em conjunto com as demais intervenções havidas seja na Praceta do Molhe Sul seja na Praceta S. João, valorizam ainda mais esta importante zona balnear que constitui a Praia da Barra. -----

Se de facto a revitalização, renovação e requalificação do Mercado da Barra constituem objetivos essenciais, estes impõem, por sua vez uma alteração radical do Regulamento em vigor, datado de 1960 o qual está nitidamente desajustado à nova realidade pretendida. -----

A experiência obtida com a gestão do Mercado da Costa Nova, o facto do Regulamento em uso no Mercado da Costa Nova ter a sua última versão publicada em 2012 e como tal estar em consonância com a Legislação aplicável, nomeadamente o Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) com a nova redação dada pelo Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, a necessidade de uma articulação perfeita entre estes dois Equipamentos e a uniformização de critérios que urge seguir nessa mesma gestão, nos quais se deverá incluir o valor das taxas praticadas, pese embora se entender que é prudente considerar a sua aplicação válida pelo menos durante o período experimental de um ano após a sua entrada em funcionamento, justificam, sem esquecer as naturais especificidades de cada uma destas estruturas que o novo Regulamento do Mercado da Barra tenha aproveitado os conceitos, a filosofia e os métodos de gestão preconizados para o Mercado da Costa Nova, valorizando assim o espaço físico, onde o mesmo se insere, garantindo a qualidade dos produtos nele comercializados e o cumprimento das regras que para o efeito se exigem proporcionando, seja aos vendedores, seja aos compradores seja à população em geral as necessárias condições que permitam a satisfação daquela qualidade. -----

Finalmente, no que concerne ao horário proposto, entendeu-se que a especificidade do Mercado da Barra e a experiência recolhida com o funcionamento da estrutura anterior, justificam a sua abertura diferenciada para os períodos de Verão, válida entre o início de

03-06-2015

Junho e os finais de Setembro na qual o respetivo equipamento abrirá todos os dias à exceção da 2.^a feira, e o período restante definido como horário de Inverno no qual o mesmo estará aberto às sextas, sábados e vésperas de feriados. Nos dois períodos propõem-se ainda que o termo do seu funcionamento seja as 13:00 horas. -----

O Projeto de Regulamento vai ser submetido a apreciação pública, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo e vão ser ainda consultadas a autoridade sanitária do Concelho, a veterinária municipal e os operadores do Mercado da Barra pelo que a proposta a apresentar é a que consta da documentação que se junta em anexo que para o efeito se submete à Consideração Superior do Ser. Presidente da Câmara tendo em vista a sua apreciação e deliberação posterior em conformidade, por parte da Câmara Municipal. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO / ALTERAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “A publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo, veio a constituir um instrumento facilitador do enquadramento legal do acesso e exercício de determinadas atividades económicas, potenciando um ambiente mais favorável ao acesso e exercício dessas mesmas atividades e introduzindo, simultaneamente, um conjunto de simplificações em diversos diplomas, nomeadamente no que estabelece o regime dos horários de funcionamento de estabelecimentos de comércio e de serviços decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 216/96, de 20 de novembro, 92/2010, de 26 de julho, 111/2010 de 15 de outubro e 48/2011, de 1 de abril. -----

03-06-2015

Nesta matéria, o diploma adota o princípio da completa liberdade de funcionamento da generalidade dos estabelecimentos prevendo, no entanto e sem prejuízo do definido na legislação laboral e do ruído, que as autarquias tendo em especial atenção a especificidade da localização de determinados estabelecimentos em zonas residenciais e considerando a sua propensão para gerar problemas de perturbação e conflitualidade resultantes, quer do direito ao descanso dos moradores, quer da segurança pública nas imediações desses estabelecimentos, sobretudo nos casos de encerramento a horas mais tardias, possam restringir os períodos de funcionamento dos mesmos, atendendo a critérios relacionados com a natureza das atividades desenvolvidas, a sua inserção no ambiente urbano respetivo e a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos. -----

Contudo e pese embora o facto da experiência até agora registada no Município de Ílhavo com o Regulamento de Horários atualmente em vigor, permitir concluir que o mesmo garante o equilíbrio entre os vários e legítimos interesses em presença, as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, ao regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, vêm evidenciar a necessidade de adaptação do atual Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Ílhavo, às novas exigências legais que na proposta de alteração em anexo se evidenciam. -----

É neste enquadramento e em cumprimento do disposto no artigo 4.º do referido diploma legal que surge e se apresenta a presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município de Ílhavo. A cores (amarelo o texto a retirar, vermelho a inserir de novo e a preto o que é para manter) consta a versão alterada tendo em vista a sua melhor perceção e enquadramento em relação ao Regulamento atual acrescentando-se igualmente a proposta final - na perspetiva de que a mesma seja aprovada em Reunião de Câmara e, caso obtenha a necessária aprovação e após a sua discussão pública, o seu posterior envio para os mesmos efeitos à Assembleia Municipal. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

29.mai.2015”. -----

03-06-2015

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. -----

Presente o Protocolo de Colaboração supra, celebrado no âmbito do projeto “Ílhavo, Terra Milenar” e da estratégia delineada para a prossecução das tarefas de investigação a cargo do Centro de Documentação de Ílhavo, para o estudo científico das origens históricas do Município, é fundamental aceder ao máximo de informação possível de Ílhavo e sobre Ílhavo, o qual é aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A EMPRESA UNILEVER JERÓNIMO MARTINS, LDA – BANDEIRA AZUL 2015 – ÉPOCA BALNEAR/RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Dando sequência a todo o nosso profundo trabalho no que ao Litoral diz respeito, conjugando a sua preservação (em termos de território, em termos naturais, em termos urbanísticos e de património) com o fator diferenciador que sempre assumiu em termos turísticos, é nossa profunda convicção que terá chegado o momento certo para podermos perspetivar a materialização de um aspeto que há muito procuramos efetivar: a implementação prática da recolha seletiva de resíduos em pleno areal das nossas Praias, com a instalação de equipamento adequado para o efeito. -----

Embora no processo de constituição da candidatura à Bandeira Azul para 2015 tenha passado a constar como critério imperativo “*a realização da recolha seletiva na praia/areal*”, este é, efetivamente, um processo que vimos a seguir há muito e para o qual temos procurado parceiro que ajude na sua concretização e que assim nos permita “aliviar” um pouco a expressão financeira que a operação pode vir a assumir (Idealizámos um total de 13 a 15 conjuntos de ecopontos de praia como “situação ideal” para esta fase I). -----

É contudo claro para todos nós, que a colocação deste tipo de equipamentos em espaços tão expostos como os areais, potenciam o, sempre real, risco de vandalismo mas muito mais

03-06-2015

importante do que isso, é que com a concretização desta fase daremos mais um passo, certamente, para nos diferenciarmos dos demais e assim introduzirmos mais valor acrescentado para as nossa Praias. -----

Assim, e depois de um longo período de estudo, análise conjunta e “negociações”, efetuadas em conjunto com os nossos Serviços de Ambiente da Divisão de Obras, Instalações e Ambiente (DOIA), eis que aqui se junta a proposta da UNILEVER (empresa que é responsável pela conhecida marca de gelados OLÁ), a qual considero de muito relevante importância para a (possível) implementação desta fase I do nosso projeto de recolha seletiva de resíduos nos areais das praias - "*faz da mudança a tua praia*" – que tem a mais-valia de permitir a doação à Câmara Municipal de 15 conjuntos de ecopontos (objetivo para esta 1.ª fase), materializando esta importante tentativa de implementação das boas práticas Ambientais, para além de permitir poupar um valor de expressão financeira muito significativa para o Orçamento Municipal. -----

É óbvio que aquela doação pressupõe da nossa parte a cedência de algumas contrapartidas, que assentam na possibilidade de ajudarmos à implementação do projeto "FEET ON STREET 2015", que em traços muito resumidos tem subjacente a ideia de "recriar" tempos antigos em que os vendedores de gelados se faziam transportar de bicicleta, com a conhecida maleta branca a tiracolo ou com o carrinho amovível (sendo que a ideia é promover a marca e a venda em locais não concorrentes aos demais, portanto não utilizando os nossos areais) ou a possível participação em Eventos liderados pela Autarquia. -----

Mais, dou nota de que a UNILEVER está disponível para, com a ajuda da CMI, admitir a esta oferta sazonal de trabalho uma Instituição/Associação Local (a fazer variar anualmente), num claro incentivo à empregabilidade local (e, digo eu, à empregabilidade JOVEM local), o que pode ajudar também a mediatizar esta proposta (não é o que nos move, mas também ajuda, creio). -----

A especificidade da Parceria e a sua importância justificam, no meu ponto de vista a aprovação da presente Proposta pelo que a mesma se remete à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara tendo em vista à deliberação que para o efeito for entendida por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

03-06-2015

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----
29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES, E A APA, ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, SA, A ASSOCIAÇÃO DE CONCESSIONÁRIOS DE PRAIA DA BEIRA LITORAL E A ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES RESGATILHAVO, PARA A VIGILÂNCIA E SEGURANÇA BALNEAR INERENTE AO ANO DE 2015 NAS PRAIAS DA BARRA E DA COSTA NOVA - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “A constante preocupação sentida pela Câmara Municipal no domínio da vigilância e segurança das zonas balneares, em particular na zona entre o Sul do Molhe Sul da barra do porto de Aveiro e a Avenida do Mar na Costa Nova, a ausência de uma política integrada a nível nacional naquele domínio que permita apostar fortemente numa segurança e vigilância ativas, sistemática e sustentável das zonas balneares e praias adjacentes e finalmente a necessidade em garantir e assegurar tal prática em todo o território municipal onde o uso balnear é uma constante pelo menos durante o período que se situa entre 15 de Junho e 15 de Setembro, leva as Câmaras Municipais, porque mais próximas do cidadão e, neste caso em especial, a Câmara Municipal de ÍLHAVO a terem, infelizmente, de se substituir a quem de direito. -----

Realça-se contudo o esforço da Capitania do Porto de Aveiro que nos apraz registar, em assegurar a presença de um conjunto de meios de vigilância e salvamento, em especial nas zonas não vigiadas, cujo êxito só é possível com o esforço financeiro complementar proporcionado pelas Câmaras Municipais (ÍLHAVO, VAGOS e MIRA) cujo território é abrangido por aquela entidade e que se veio a traduzir pela sua envolvimento no denominado Projeto “SEA WATCH” do Instituto de Socorro a Náufragos (ISN) de uma viatura tipo “todo-o-terreno” 4x4 de assistência a banhistas para tornar as praias não vigiadas mais seguras e a atuar entre a denominada Meia Laranja na Praia da Barra e o limite do concelho de Mira inserido na área de jurisdição daquela entidade, durante a época balnear compreendida ente 15 de Junho e 15 de Setembro. -----

03-06-2015

De facto e uma vez mais se enfatiza, só o esforço conjunto da Câmara Municipal, sob mediação da Capitania do Porto de Aveiro e efetuado em estreita colaboração com a APA, Administração do Porto de Aveiro, S. A; a Associação de Nadadores Salvadores “RESGATÍLHAVO”; a Associação dos Concessionários de Praia da Beira Litoral e todos os demais concessionários mesmo os não inseridos nesta Associação, tornou possível colocar de pé o Projeto Integrado de Salvamento e Vigilância marítimas nas praias do nosso concelho levando-nos a propor à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara e com vista à sua aprovação pela Câmara Municipal, o Protocolo para esse efeito que se junta em anexo e que em boa hora se conseguiu articular e cuja assinatura se prevê para o dia 30 de Junho, dia apazado para o hastear das Bandeiras Azuis nas Praias citadas. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE ADRA, S.A. - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

a) por documento particular, outorgado em 23.09.2009 entre os representantes do Estado e dos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos, foi constituída através do serviço de criação da “*Empresa Online*”, do “*Portal da Empresa*”, a sociedade anónima Águas da Região de Aveiro SA (adiante também designada abreviadamente por AdRA), cuja constituição foi registada no site <http://publicações.mj.pt/>; -----

b) a participação do Município de Ílhavo na AdRA foi proposta pela Câmara Municipal e autorizada por deliberação da Assembleia Municipal de Ílhavo, de 26.06.2009, deliberação essa que fixou as condições gerais de tal participação no Município na referida sociedade; ----

c) se mantém um expressivo, publico e notório interesse na utilização dos serviços de abastecimento de água ao domicílio e tratamento de aguas pluviais e efluentes domésticos no

Município de Ílhavo, cuja exploração foi objeto de contratualização e são assegurados pela AdRA; -----

d) em 8.4.2010, o Município de Ílhavo, por deliberação da sua Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 24.03.2010, aprovou a entrada do Município de Ovar no capital social da AdRA e a “*Adenda ao Acordo Parassocial*”, prevendo o aumento do capital social de €15 milhões para €17,5 milhões; -----

e) nos termos da referida “*Adenda ao Acordo Parassocial*” que veio a ser outorgada entre os sócios da AdRA, em 12.07.2010, o aumento de capital social, de €15 para €17,5 milhões, deveria ser realizado até 31.12.2012, por subscrição de novas entradas em dinheiro, mediante a emissão de quinhentas mil novas ações, nominativas, tituladas com o (mesmo) valor nominal de €5,00 cada uma, a subscrever por todos os acionistas na proporção das suas participações iniciais, e a realizar de acordo com o Anexo II que constitui parte integrante da dita Adenda ao “*Acordo Parassocial*”; -----

f) Por ser assim, e no pressuposto assumido de que todos os acionistas exercerão o seu direito de subscrição, cada acionista conservará o seu “*peso*” relativo de participação na sociedade, uma vez que o aumento de capital não é aberto ao público, mas subscrito apenas pelo ente público (Estado) e acionistas Municípios, que continuarão a dispor da totalidade do capital social e nas mesmas proporções relativas. -----

g) convém recordar que o referido aumento de capital está previsto nos instrumentos contratuais da parceria consubstanciada na atividade da AdRA, foi avaliado e consta do estudo de viabilidade económico-financeiro prévio e necessário, datado de julho de 2009, conforme disposto no artigo 4º, nº. 1, do DL nº. 90/2009, de 09.04, que estabeleceu o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, com a epígrafe “*Decisão de constituição da parceria*” e que dispõe: “*A decisão de constituição de uma parceria é antecedida por estudos técnicos de viabilidade económico financeira que a fundamentam a elaborar pelo Estado e pelas autarquias locais que evidenciem as vantagens decorrentes da integração dos sistemas para o interesse nacional e para o interesse local*”. O mesmo dispunha o artigo 37º. do DL nº. 558/99, de 17.12, na redação dada pelo DL nº. 300/2007, de 23.08, com a epígrafe “*Constituição de sociedades e*

aquisição ou alienação de partes de capital”, aplicável à data, no seu n.º. 1: “Sem prejuízo do disposto em legislação especial, a participação do Estado ou de outras entidades públicas estaduais, bem como das empresas públicas, na constituição de sociedades e na aquisição ou alienação de partes de capital está sujeita a autorização do Ministro das Finanças e do ministro responsável pelo sector (...)” e o n.º. 2: “Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser acompanhado por um estudo demonstrativo do interesse e viabilidade da operação pretendida”; -----

h) de acordo com o referido no ponto anterior, os documentos contratuais que instituíram a parceria ora em causa, foram instruídos com Estudo de Viabilidade Económico Financeira (adiante designado simplesmente por EVEF), datado de julho de 2009; -----

i) desse mesmo EVEF, sob a epígrafe “Financiamento”, consta que “A estruturação financeira da Sociedade da Parceria, nos anos de projeção, foi realizada tendo em conta o recurso a cinco fontes de financiamento, para além do auto-financiamento. Seguem-se os montantes e condições contratuais considerados: Capital Social: realização do capital social previsto de, cerca de, € 15 milhões em 2009 (€ 12, 5 milhões) e 2012 (€ 2,5 milhões); -----

j) aquando da entrada do Município de Ovar na parceria, em 30 de junho de 2010, o EVEF foi reformulado, para incorporação das alterações daí decorrentes, continuando, no entanto, o aumento de capital para €17,5 milhões a constar como fonte de financiamento prevista para 2012, mantendo-se como um dos principais pressupostos do modelo económico do projeto, tal como se encontrava, aliás, previsto no EVEF realizado em julho de 2009; -----

k) a parceria e o projeto empresarial subjacente foram objeto de uma informação da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, sobre a viabilidade económica e financeira do sistema (que mereceu o n.º 69/09-GASEPC-RMG, de 20/JUL/2009), que identificou os pontos fortes e os desafios do projeto AdRA, e considerou que o estudo de viabilidade económico-financeira assentava em pressupostos razoáveis e prudentes, atendendo ao horizonte considerado; -----

l) atento o exposto, os sócios procederam à realização integral do capital da AdRA (de €15 milhões) em 2010 e, até final de dezembro de 2012, deveriam também ter procedido também ao aumento desse capital social para €17,5 milhões, nos termos aprovados e contratualizados entre as partes, aumento de capital esse que, repete-se, constitui um dos pressupostos basilares

03-06-2015

do modelo de negócio da AdRA e resulta de dois estudos de viabilidade económico-financeira elaborados para o efeito; -----

m) o aumento de capital em causa rege-se pelo regime do setor no qual a AdRA se integra, isto é, pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado (DL n.º 133/2013, de 03 de Outubro); -----

n) acontece que o regime constante do art. 53.º do RJAELPL (Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) não faz distinção entre uma aquisição inicial/originária, de participações sociais numa sociedade comercial, por subscrição de ações para constituição da sociedade - no sentido de que com essa aquisição o Município (ou associações de municípios ou áreas metropolitanas) passe a ser entidade participante numa sociedade comercial -, e uma aquisição de participações por aumento de capital (aquisição de participações de uma sociedade em que já se é entidade participante); -----

o) ora, uma vez que a Lei não disciplina especificamente a aquisição de participações em virtude de aumento de capital, deve aplicar-se, nesta situação, o regime estabelecido para a constituição; -----

p) donde resulta que se a Lei exige tantos requisitos, e estudos de viabilidade económico-financeira, para uma aquisição *ex novo* (no sentido de que o Município passará a integrar o capital social de uma sociedade comercial), como para um aumento de capital numa sociedade comercial, em que já foram necessariamente apresentados esses estudos e demonstrada essa viabilidade e justificada essa aquisição de participações sociais; -----

q) não sendo certo que tenha sido esta a vontade efetiva do legislador, parece ser essa a leitura seguida pela jurisprudência que, entretanto, já se vai firmando sobre esta matéria, designadamente a que emerge do Tribunal de Contas (ver por todos o recente acórdão proferido no Processo n.º 68/2014, Ac. n.º 20/2014, de 17 de julho, 1ª S/SS); -----

r) não se vislumbra, no entanto, e no caso presente, ser necessário um novo estudo de viabilidade económico-financeira para este aumento de capital, já que este foi previsto nos dois EVEF realizados e, portanto, todos os seus impactos foram devidamente considerados e analisados, uma vez que não se alteraram, entretanto, os pressupostos materiais, nem os indicadores financeiros subjacentes à realização daqueles estudos; -----

03-06-2015

s) Na sequência do contratualmente aprovado e autorizado, quer no ato de constituição, quer na “Adenda ao acordo parassocial”, os sócios da AdRA deliberaram, por unanimidade, na Assembleia Geral desta sociedade anónima, em 26.03.2014, aumentar o capital para €17,5 milhões, de acordo com o quadro abaixo: -----

AUMENTO DA CAPITAL SOCIAL DA AdRA PARA 17,5 M€

ACIONISTA	PARTICIPAÇÃO (%)	AUMENTO CAPITAL (€)	AUMENTO CAPITAL (NOVAS AÇÕES)
AdP	51,00%	1.275.000,00 €	255.000
Aveiro	17,35%	433.650,00 €	86.730
Ílhavo	8,28%	207.025,00 €	41.405
Ovar	8,28%	207.025,00 €	41.405
Albergaria	6,37%	159.250,00 €	31.850
Estarreja	5,15%	128.625,00 €	25.725
Oliveira	2,94%	73.500,00 €	14.700
Águeda	0,49%	12.250,00 €	2.450
Murtosa	0,05%	1.225,00 €	245
Sever	0,05%	1.225,00 €	245
Vagos	0,05%	1.225,00 €	245
TOTAL	100,00%	2.500.000,00 €	500.000

t) tal significa, para realizar a sua participação no aumento de capital, o Município de Ílhavo, deve proceder a uma entrega de capital no valor de €207.025,00, a que correspondem 41.405 novas acções, passando a deter uma participação social de 8,28%; -----

u) acontece que nenhuma das referidas entradas foi ainda realizada, e, por isso, o capital da AdRA, nos termos do disposto no artigo 88º. do Código das Sociedades Comerciais, não pode considerar-se aumentado; -----

v) cumpre, por isso, materializar todas aquelas decisões e estudos de viabilidade económico-financeira da AdRA e formalizar o consensualmente aprovado e necessário aumento de capital. -----

w) ora, não obstante tudo o que supra vem dito, persistem entendimentos de que o dito aumento de capital, muito embora já previsto em deliberações anteriores, quer da própria AdRA, quer dos órgãos competentes dos respetivos sócios, designadamente os Municípios, carece também de aprovação atualizada por parte destes últimos; -----

x) por outro lado, mostra-se, igualmente, necessário adequar os estatutos às novas exigências legais, nomeadamente, no que concerne ao referido aumento de capital (artigo 5º. dos Estatutos da Sociedade), composição dos órgãos sociais (artigo 11º) reuniões da Assembleia Geral (artigo 15º) alteração do numero de membros do Conselho de Administração e delegação dos poderes de gestão (artº 18º e 20º), deliberações do Conselho de Administração (artigo 23º) e órgão de fiscalização da sociedade (artigo 24º), -----

Propõe-se: -----

1. que a Câmara aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea ccc) do nº. 1 o artigo 33º. e da alínea n) do nº. 1 do artigo 25º., ambos da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro: -----

1.1. a participação do Município de Ílhavo no aumento de capital da AdRA, através da realização de nova entrada de capital no montante de € 207.025,00, cujo encargo será suportado por conta das verbas inscritas no Orçamento em vigor, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 09 07 08, cabimento nº 2148 e compromisso nº 2432, para o que dispõe do necessário fundo disponível, ratificando, se necessário for, os atos materiais de execução que, no sentido de concretizarem essa intenção tenham já sido praticados pelos representantes do Município; -----

1.2.) as alterações aos artigos 5º, 11º, 15º, 18º, 20º, 23º e 24º do pacto social da sociedade Aguas da Região de Aveiro SA, nos termos da proposta de nova redacção que se anexa; -----

1.3.) que, com a faculdade de substabelecer, se confirmam ao Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo os necessário poderes para formalizar e executar as deliberações ora tomadas. -----

2. que, uma vez produzidas as deliberações, seja o inerente processo remetido a Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, nos termos e para os efeitos previstos no nº. 2 do artigo 54º. da Lei nº. 50/2012 de 31 de agosto. -----

Anexos: a presente proposta integra os seguintes anexos: -----

i. a proposta de redacção atualizada do Pacto Social da AdRA -----

03-06-2015

ii. a informação contabilística sobre cabimento, rubrica orçamental, fundo disponível e compromisso elaborados pela DAG. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

01.junho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

NORMA DE CONTROLO INTERNO – PROPOSTA – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº. 162/99, de 14 de setembro, pela Lei nº60_A/2005 de 30 de dezembro e pelos Decretos-Lei nºs. 315/2000, de 02 de dezembro, e 84-A/2002, de 05 de abril, visou criar um sistema contabilístico que integrasse de forma consistente a contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de forma a servir de apoio à gestão moderna e eficiente, requerida cada vez mais aos serviços da Administração Local. Uma das principais inovações é a obrigatoriedade das autarquias locais aprovarem e manterem o sistema de controlo interno adequado às suas atividades, que engloba, designadamente “...o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna da informação fiável”. -----

Assim, ao abrigo da competência conferida pelos artigos 112º., nº. 7 e 241º. da Constituição da República Portuguesa, pelo artigo 33º, nº. 1 alínea i) da Lei nº. 75/2013, de 12 de, e em cumprimento das normas referidas no parágrafo anterior, -----

Proponho: -----

03-06-2015

A aprovação da actualização (com redacção a azul) da presente Norma de Controlo Interno (NCI) que tem como objetivos principais a salvaguarda da legalidade e regularidade das operações, a salvaguarda do património, a aprovação e controlo de documentos, o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares, o incremento da eficiência das operações, a adequada utilização de fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos, a eficácia da gestão e controlo da informação e a imagem fiel das demonstrações financeiras. -----

No que diz respeito às regras e princípios que regem a atividade administrativa e a atuação dos órgãos da autarquia, a revisão da presente norma foi feita ao abrigo dos preceitos estabelecidos no novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), que entrou em vigor a 8 de Abril de 2015. -----

O Presidente da Câmara, -----
 Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----
 29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –
 PROPOSTA – TOMADA DE CONHECIMENTO.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- Foi estabelecida a obrigatoriedade de elaboração e publicitação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, no seguimento da aprovação da Lei nº 54/2008, de 04 de Setembro; -----

- Foram divulgadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção Recomendações, em 01 de julho de 2009 e 07 de abril de 2010; -----

- A Câmara Municipal de Ílhavo aprovou o seu Plano em 03 de fevereiro de 2010. -----

Proponho: -----

A aprovação da actualização do Plano de Gestão, que tem como base a recente atualização da Norma de Controlo Interno, e como objectivo a identificação de situações potenciais de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, permitindo desta forma definir medidas

preventivas e corretivas que conduzam à redução a curto prazo e eliminação num futuro que se deseja breve dos referidos riscos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o envio à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

a) Que o mapa de pessoal para 2015 foi elaborado e aprovado em outubro de 2014, num momento em que ainda se desconheciam as condições e possibilidades de recrutamento pessoal para o ano de 2015, na administração pública e mais designadamente da administração local, e que em regra são consagradas no orçamento de estado, que como se sabe, foi discutido num momento posterior ao da aprovação do nosso mapa de pessoal e publicado só em 31 de Dezembro de 2014; -----

b) Que as mesmas tendo sido consagradas na LOE começam agora a ser clarificadas quanto à sua substância, designadamente quanto à definição das despesas que devem ser consideradas como despesas com pessoal, sujeitas que estão a não poderem ultrapassar 35% da média das receitas correntes dos últimos três anos; -----

c) Que estes motivos levaram-nos a que o mapa de pessoal para 2015 contivesse, no essencial, os mesmos lugares a prever do mapa de pessoal para 2014; -----

d) Que foram realizadas diversas reuniões com a estrutura municipal designadamente com as respetivas chefias; -----

e) Que importa então, proceder à atualização do mapa de pessoal para 2015, que permita desde logo iniciarem-se os procedimentos concursais, com vista ao preenchimento dos respetivos postos de trabalho; -----

f) Que, da análise efetuada se verificam limitações em áreas chave para os quais importa dar prioridade na contratação de pessoal, designadamente: -----

i. A área de auditoria encontra-se desfalcada de elementos que no dia a dia possam vir a desenvolver funções de efetivo controlo de primeiro nível como se exige quer na abundante legislação que regula esta matéria quer na norma de controlo interno que já hoje estabelece essas exigências e que brevemente será presente à câmara municipal para alteração; -----

ii. Igualmente importa reforçar a carreira de assistente técnico da divisão de administração geral que nos últimos anos só compensou dois dos nove lugares que vagaram, atento a necessidade de melhorar a resposta em áreas de contratação pública, recursos humanos, estatísticas e envio de vasta informação legal e organização processual até pela evolução das exigências legais nestas áreas; -----

iii. O reforço de pessoal especializado na área da contratação pública designadamente no controlo orçamental da despesa pública, na elaboração de peças procedimentais (caderno de encargos/programa de concurso/convites), na utilização da plataforma eletrónica de compras, no registo na base.gov dos procedimentos de contratação desde o seu início até à conclusão bem como no reforço de pessoal do grupo de fiéis de armazém, bastante desfalcado. -----

iv. A estratégia de crescimento e a criação de novos e mais exigentes projetos no âmbito da Divisão de Cultura Turismo e Juventude, e a expansão das suas valências a mais áreas e programas de ação, sobretudo nos três últimos anos, nomeadamente com a abertura do CieMar, do Aquário e crescimento do Centro de Documentação de Ílhavo, quer ao nível dos Arquivos Municipais, quer dos Depósitos e sobretudo da área da investigação no âmbito da forte aposta da Câmara Municipal no estudo mais aprofundado e científico da História do Município, é fundamental a abertura de novos lugares no Mapa de Pessoal e o recrutamento de novos recursos humanos de forma a dar continuidade com a qualidade que se exige e se pretende atingir. -----

v. Igualmente importa reforçar o quadro do município com dois assistentes técnicos para a área de manutenção afeta à Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos, com funções mais exigentes do que aquelas que normalmente se requerem na carreira de assistente operacional. -----

03-06-2015

g) Que existe verba orçamental para o efeito (proposta de cabimento n.º 193/2014), pese embora os efeitos práticos só venham a ter impacto para o ano de 2016; -----

h) Que igualmente existem fundos disponíveis; -----

i) Que o Município de Ílhavo com a assunção das despesas com estas contratações continuará a cumprir com a não ultrapassagem de 35% das despesas com o pessoal relativamente à média das receitas correntes dos últimos três anos. -----

j) Que importa desde já equacionar o próximo ano de 2016, cujo mapa de pessoal terá que ser aprovado até 31 de outubro, pelo que se entende não proceder à eliminação de lugares, que não serão postos a concurso, nesta fase mas para as quais temos as expectativas de poderem vir a ser colocados a concurso no próximo ano. -----

Proponho: -----

- Que a Câmara Municipal aprove a alteração do mapa de pessoal do corrente ano, adequando-o às reais necessidades dos serviços, designadamente procedendo ao aumento dos postos de trabalho previstos para as Divisões de Administração Geral, de Cultura, Turismo e Juventude e ainda a de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTTI), de acordo com os mapas em anexo. -----

- Que a presente proposta, a ser aprovada pelo órgão executivo, seja enviada à Assembleia Municipal para aprovação final, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

RECRUTAMENTO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

03-06-2015

1 - Que o mapa de pessoal para 2015, elaborado e aprovado em outubro de 2014, com as alterações que simultânea e paralelamente se submetem a aprovação desta Câmara Municipal, prevê um conjunto de novos postos de trabalho a recrutar, tendo em conta as apostas, iniciativas e investimentos já realizados nos últimos anos quer aqueles que se concluirão ainda este ano; -----

2 - Que é urgente prover a título definitivo alguns dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para 2015, tendo em conta quer as necessidades do serviço, quer o facto de algumas áreas de atividade estarem já a ser asseguradas por prestadores de serviço e por colaboradores do IIEFP, cujo vínculo não é compatível com o exercício de funções permanentes como aquelas que são desenvolvidas, situação que importa regularizar; -

3 - Que a CMI não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira; -----

4 - Que a contratação de pessoal para 2013, se encontra regulada pela Lei n.º 35/2014, de 20/006, com as especificações do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 (LOE 2015); -----

5 - Que, nos termos do art.º 64.º da Lei 82-B/2014, de 31/12, conjugado com o art.º 62.º do mesmo normativo, os municípios em equilíbrio podem abrir procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos: -----

a) Se demonstre a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade; -----

b) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28/11, com as devidas alterações; -----

c) Os recrutamentos se revelem imprescindíveis para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, tendo em conta a carência de recursos humanos nos setores de actividade a que se destinam, bem como a sua evolução global na autarquia; -----

03-06-2015

d) Se demonstre que existe verba orçamental para fazer face aos encargos resultantes dos recrutamentos em causa; -----

e) Que haja autorização do órgão deliberativo, por proposta do órgão executivo. -----

6) Que a CMI reúne todos os requisitos acima referidos, designada e respetivamente: -----

a) Seleção e graduação final dos candidatos -----

A seleção e graduação final dos candidatos far-se-á nos termos legais, podendo, se necessário, proceder ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, caso se esgotem as outras e prévias formas de recrutamento sem que se preencham todos os lugares colocados a concurso. -----

Apesar de a CMI ter no seu mapa de pessoal trabalhadores com a formação pretendida, os mesmos não podem assegurar os postos de trabalho que se pretendem colocar a concurso, tendo em conta a insuficiência de trabalhadores existentes em todas as áreas de atividade, como comprovam os dados referidos no número 2 e na alínea c) deste número, sob pena de fragilizarem as unidades onde desenvolvem o seu trabalho. -----

b) A Câmara Municipal cumpre com os seus deveres de envio de informação. -----

c) Evolução dos Recursos Humanos no Município de Ílhavo -----

Para além da reduzida percentagem das despesas com o pessoal nas receitas correntes, importa também verificar a evolução do número de efectivos entre 2008 e 2014: -----

	Dez/2008	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014
Número trabalhadores CMI (excluindo educação)	273	266	224	232	216	209	205
Redução entre 31-12-2008 e 31-12-2014 (excluindo educação)	24,91%						

Verifica-se assim uma diminuição de trabalhadores na ordem dos 24,91%, nos últimos seis anos. -----

d) O orçamento contempla verba suficiente e cativa para as despesas a assumir com estas contratações. -----

03-06-2015

Deste modo e considerando: -----

- a) A caracterização feita; -----
- b) O decréscimo substancial e constante de pessoal que se verificou nos últimos anos, pondo em causa funções essenciais que o Município presta para a prossecução das suas atribuições; -
- c) Que há a expectativa de que o decréscimo de funcionários, por aposentação se possa manter embora a um ritmo bem mais reduzido; -----
- d) Que se torna necessário assegurar que as funções correspondentes aos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal, aprovado quer pela Câmara Municipal quer pela Assembleia Municipal, sejam asseguradas por pessoal vinculado por contrato de trabalho a tempo indeterminado; -----
- e) Que os presentes recrutamentos são de manifesto interesse público, sendo indispensáveis para assegurar o normal funcionamento dos serviços, com a qualidade e prontidão que se exige. -----

Proponho: -----

- a) Que a Câmara Municipal, sem prejuízo da utilização de reservas de recrutamento internas existentes, aprove, nos termos do n.º 2 do art. 64º da Lei 82-B/2014, de 31/12, a abertura excepcional de procedimentos concursais comuns para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado dos seguintes postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal: -----

Carreira	N.º Postos Trabalho	Área de Atividade/Formação	Unidade Orgânica
Técnica Superior	1	Arquivo	DCTJ
	1	Turismo e Património Cultural	
	1	Antropologia	
	1	História	
	1	Higiene e Seg. no Trabalho	DGESU
	1	Biologia	
Técnica Superior	1	Eletromecânica	DAG
	1	Auditoria e Contabilidade	
Assistente Técnico	1	Gestão	DCTJ
	3	Biblioteca e Documentação	
	1	Animação Sócio-cultural	

03-06-2015

	1	Turismo	
	1	Administrativa	DAG
	2	Manutenção	DGESU
Assistente Operacional	2	Auxiliar de Serv. Gerais	DCTJ
	1	Fiel de Armazéns	DAG
	4	Jardineiro	DGESU
	1	Eletricista	

b) Que, na impossibilidade de ocupar todos os postos de trabalho acima indicados com trabalhadores que detenham já uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 4 do art. 30 da Lei 35/2014, de 20/06, se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. -----

c) Que a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal para aprovação final, nos termos do n.º 2 do art. 64.º da Lei 82-B/2014, de 31/12. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal para aprovação. -----

APROVISIONAMENTO. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte Ordem de Pagamento, autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- Com o n.º 2106, datada de 20.maio.2015, no valor de 1.266,04 € referente a “5 colunas de cultura – clip de espetáculos – 1º trimestre de 2015” – inserta em “Diaveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS NO 1º TRIMESTRE DE 2015, AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO EMITIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL. – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente uma informação datada de 25.maio.2015, elaborada pela Técnica Superior da Subunidade CAP – Compras, Aprovisionamento e Património, dra. Conceição Lucas anexa à qual consta a referida listagem, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PARECER PRÉVIO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “LUÍSA SOBRAL / LUPU-I-PI-SA-PA” - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Colaboradora da CAP, Natacha Maio, datada de 29.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, a solicitação do Diretor do CCI, José Pina, na qual e em síntese, se sugere a contratação do espetáculo musical referenciado em título, a realizar no sobredito CCI, no dia 28 de junho próximo, pelas 18 horas, com a duração de 70 minutos, estimando-se que o respetivo preço contratual não exceda os 5.522,12 €(cinco mil, quinhentos e vinte e dois euros e doze cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por ajuste direto, devendo o respetivo convite ser endereçado à empresa: Sons em Trânsito – Espetáculos Culturais Unipessoal, Lda. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DGESU, Pedro Nunes, datada de 27.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, dá conta que em 2012 foram celebrados contratos de prestação dos serviços acima discriminados, com a empresa: Ronsegur – Rondas e Segurança, Lda, para vários dos equipamentos municipais, sendo que no presente momento se encontra aberto novo procedimento concursal, e que, até à conclusão do aludido procedimento, deverá ser assegurada a vigilância de tais equipamentos municipais, pelo que se sugere a prorrogação, limitada no tempo, dos contratos referenciados

em título (contratos nºs 18, 19 e 20), com a citada empresa, pelo valor global de 33.273,00 € (trinta e três mil, duzentos e setenta e três euros). -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação. Envie-se à Câmara para ratificação. -----

18.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho do Presidente. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO DENOMINADO “ANTIGO MATADOURO” –

CAIS DA MALHADA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

§1º) que constitui atribuição municipal a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente através da promoção do desenvolvimento, nos termos previstos na alínea g) do artigo 23º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, -----

§2º) que o desenvolvimento local deve concretizar-se através da melhoria contínua das condições de vida das pessoas e das famílias que são específicas de cada território, -----

§3º) que a mobilização local dos recursos com potencial produtivo com vista à valorização dos fatores e dos bens e serviços produzidos em determinado território é essencial ao desenvolvimento do mesmo, -----

§4º) que a consideração pelas especificidades locais deve fazer parte da construção da imagem externa do território, devendo destacar-se o que o torna diferente de todos os demais, -----

§5º) que o respeito pelo património histórico e imaterial é hoje reconhecidamente aceite como motor de desenvolvimento de elevado valor, peça essencial para a concretização de políticas do setor cultural e criativo e fator de desenvolvimento local, não só ajudando a fixar as pessoas (que olham para o seu território com orgulho e que, por isso, têm vontade de ficar) como atraindo outras e fazendo com que o território se afirme em relação aos seus pares, podendo ter um verdadeiro efeito de macha de óleo, para estimular atividade à volta da principal, -----

§6º) que o prédio urbano conhecido por “*Antigo Matadouro*”, sito no Cais da Malhada, descrito no registo predial sob o número 2269 da freguesia de S. Salvador, inscrito na matriz

predial urbana da referida freguesia sob o artigo 1320 (cfr. documentos nº. 1 e 2, que se juntam e dão por integralmente reproduzidos), pertencendo a privados, encontra-se atualmente em mau estado de conservação, apresentando riscos para a salubridade urbana com forte impacto negativo para a envolvente, -----

§7º) que o referido prédio serviu em tempos de “Matadouro” e encerra em si um relevante acervo imaterial histórico e patrimonial, integrando e referenciando a paisagem local, com potencial de perfeita simbiose com a natureza, no meio da Ria, apta a servir de modelo e inspiração para obras de múltiplos artistas e encontrando-se retratado na obra de Cândido Teles, -----

§8º) que o prédio em causa, por via das suas características, da sua localização e do papel que desempenhou na história deste concelho, assume-se como uma singularidade construída pelo homem em excelente relação com a natureza, constituindo um património histórico que poderá ser usado como polo de desenvolvimento local, assim que reabilitado, restaurada a salubridade e afeto a uma atividade dinâmica e integradora, -----

§9º) que compete à câmara municipal, nos termos e para os efeitos previstos no nº. 1, do artigo 33º. da referida lei nº. 75/2013: -----

- na alínea g): adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG (isto é, 505,00 €* 1000 = 505.000,00 €), -----

- na alínea dd): proceder à aquisição e locação de bens e serviços, -----

- na alínea ee): criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal e -----

- na alínea ff): promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, -----

§10º) que os serviços Municipais apuraram fundamentadamente o valor do prédio, vertendo-o no relatório de avaliação que constitui o documento nº. 3 e que faz parte integrante da presente proposta, -----

§11º) que no âmbito das negociações encetadas com os proprietários, estes aceitaram vendê-lo ao Município pelo valor de 17.500,00 € -----

03-06-2015

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adquirir, livre de qualquer ónus ou encargo, o prédio urbano sito no Cais da Malhada, descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 2269 da freguesia de S. Salvador, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o n.º 1320 da mesma freguesia de, identificado na planta que se anexa como documento n.º 4 que se anexa e dá por integralmente reproduzido), pelo valor de 17.500,00 € a quem provar, na data da celebração do contrato de compra e venda, ser o legítimo proprietário do mesmo, a liquidar no ato da realização da competente escritura pública ou do ato negocial realizado no âmbito dos serviços da “Casa Pronta”, conforme for mais conveniente. -----

A despesa inerente à presente proposta tem cabimento na rubrica 0046 0102 07010307 do orçamento em vigor (cfr. documento n.º 5), estando inscrito no mapa de fundos disponíveis. --

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

01.junho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

VENDA MERCHANDISING – PREÇOS A PRATICAR - FESTIVAL RÁDIO FANECA 2015 – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Diretor do CCI, José Pina, datada de 28.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a venda (preços) de material promocional no aludido festival, nos termos e condições previstos na referida informação. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido. Enviar à Câmara para ratificação, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA: FERLIMPA 2 – LIMPEZAS GERAIS E MANUTENÇÃO, LDA” – CONCURSO PÚBLICO “SERVIÇOS DE LIMPEZA E

HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS NAS PRAIAS DA BARRA E COSTA NOVA E JARDIM OUDINOT” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA – RATIFICAÇÃO. ----

Presente a informação supra, elaborada pelo respetivo Júri do Procedimento e apoio jurídico, datada de 27.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, dá conta do recurso referenciado em título. -----

Atentos os pressupostos do sobredito concurso, bem como do teor do citado recurso (que se encontram densificados na já citada informação), conclui o citado Júri do Procedimento e apoio jurídico, não encontrar fundamento para o referido recurso, sugerindo-se por isso o seu indeferimento. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Concordo com a presente proposta, pelo que indefiro o recurso interposto pela Ferlimpa, Lda. Envie-se à Câmara para ratificação. -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a proposta do Sr. Presidente da Câmara. -

CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO – “SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS NAS PRAIAS DA BARRA E COSTA NOVA E NO JARDIM OUDINOT” – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO.

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 26.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a caducidade da adjudicação relativa ao procedimento concursal referenciado em título, tomando em consideração que a empresa: Astrolimpa – Sociedade de Limpezas Industriais, Lda, não procedeu, até à presente data, à entrega dos documentos necessários à elaboração do respetivo contrato legal, nomeadamente a imprescindível garantia bancária, nem invocou quaisquer razões para essa mesma não apresentação documental. -----

Mais é sugerido na sobredita informação, que a Câmara Municipal adjudique a aludida prestação de serviços à empresa: Rioboco – Serviços Gerais, Engenharia e Manutenção, SA (cuja proposta está ordenada em lugar subsequente), pelo valor de: 76.545,81 €(setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa

03-06-2015

legal em vigor, devendo ainda este procedimento administrativo ser comunicado ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP, conforme dispõe o Código dos Contratos Públicos. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Concordo com a informação. À Câmara para ratificação. -----
14.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente da Câmara. ----

**CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO – RESPOSTA AUDIÊNCIA PRÉVIA -
“SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS NAS
PRAIAS DA BARRA E COSTA NOVA E NO JARDIM OUDINOT” –
INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 29.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, a empresa: Astrolimpa – Sociedade de Limpezas Industriais, Lda, solicitou, no âmbito da realização da audiência prévia, a melhor compreensão por parte da CMI no sentido de não considerar a decisão de comunicar a caducidade relativa à prestação de serviços referenciada em título, com o compromisso de que muito brevemente faria a entrega da documentação em falta, nomeadamente a imprescindível garantia bancária. -----

Atentos os pressupostos do sobredito concurso, que se encontram densificados na já citada informação, verifica-se que não foram apresentadas justificações válidas e pertinentes para a não entrega atempada dos aludidos documentos, reiterando-se deste modo a decisão de proceder à adjudicação do presente procedimento à empresa cuja proposta foi subsequente (Rioboco – Serviços Gerais, Engenharia e Manutenção, SA), pelo valor de: 76.545,81 € (setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo ainda este procedimento administrativo ser comunicado ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP, conforme dispõe o Código dos Contratos Públicos. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Concordo com a informação. À Câmara para ratificação. -----
29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente da Câmara. ----

ORÇAMENTO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS POR INCÊNDIO NA ANTIGA ESCOLA BÁSICA DOS MOITINHOS – INFORMAÇÃO/DESPACHO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DGESU, Pedro Nunes, datada de 18.maio.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, conforme é do conhecimento geral, o edifício referenciado em título, albergando atualmente a Associação “ A Torre”, foi alvo de um incêndio, que causou elevados danos materiais. -----

Da citada ocorrência foi dado o devido conhecimento à n/ seguradora para o respetivo pedido de indemnização. -----

Deste modo, sugere-se a adjudicação dos trabalhos de reparação à empresa: SRTC, Lda, por ajuste direto e pelo valor de 10.350,00, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Sobre a presente informação recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação, -----
19.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

03-06-2015

3.º - Os pedidos de comparticipação solicitados pelos catorze munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 200 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Nove comparticipações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Cinco comparticipações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por cinco agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

03-06-2015

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que o CASCI possui um crédito no valor total de 308,21 Euros, que deverá ser abatido, resultante da desistência da comparticipação de um agregado familiar, para o qual já havia sido aprovada comparticipação. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que totalidade do montante da renda.

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 1952.21 Euros, para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) -
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA FREQUÊNCIA NO PROGRAMA DAS
FÉRIAS DIVERTIDAS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º,

03-06-2015

n.º 4, alínea c) “Redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas”. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado pelo agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Uma redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas, para o valor único por semana de 7,50€, com uma durabilidade extensível a um programa, num período que compreende doze meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) -
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais“. -----

3.º - Os pedidos de comparticipação solicitados por dois agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

03-06-2015

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Duas reduções das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou séniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DAS QUOTAS DE CONDOMÍNIO DE
HABITAÇÃO SOCIAL – PROPOSTA.** -----

- “Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea d) “apoio no pagamento das quotas de condomínio de habitação social“. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 200 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

03-06-2015

- Uma comparticipação no pagamento das quotas de condomínio de habitação social, no valor de 18,22€mês, num total de 218,64€ pelo período de 12 meses, nomeadamente de junho de 2015 a maio de 2016 (podendo este valor ser ajustado se se verificar alteração no valor da quota do condomínio e/ou renda). -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

28.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
ROTARY CLUBE DE ÍLHAVO - PROPOSTA.** -----

- “Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

Considerando que: -----

- O Rotary Clube de Ílhavo é uma Associação do Município desenvolve projetos comunitários, de âmbito social, nomeadamente, apoio a crianças em situação de risco, pobreza e fome, preservação do meio ambiente, combate ao analfabetismo e à violência. Além disso, apoiam iniciativas pró-juventude, promovem o desenvolvimento profissional e patrocinam oportunidades educacionais e intercâmbio para estudantes, professores e outros profissionais. -----

- Em 2015 o Rotary Clube leva a cabo mais uma edição da Maratona de BTT Rota do Bacalhau, cujo resultado líquido a reverte na íntegra para a Obra da Criança, objetivo que se mantém desde a primeira edição. -----

Proponho que: -----

- A Câmara Municipal delibere a aprovação da atribuição de um apoio pontual ao Rotary Clube, no montante de 900,00€(novecentos euros), de modo a diminuir o peso dos custos inerentes ao policiamento da prova de BTT, maximizando assim o resultado líquido como apoio social à Obra da Criança. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES DE AÇÃO SOCIAL PARA O ANO DE 2015. -----

Presentes os seguintes (12) doze Acordos de Cooperação: -----

- Associação Aquém Renasce, com uma participação financeira de 925,00 €(novecentos e vinte e cinco euros); -----
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo, com uma participação de 5.800,00€(cinco mil e oitocentos euros); -----
- Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo – CASCI, com uma participação financeira de 15.020,00 €(quinze mil e vinte euros); -----
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro/ Ílhavo, com uma participação financeira de 2.260,00 €(dois mil duzentos e sessenta euros); -----
- Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação, com uma participação financeira de 2.535,00 €(dois mil quinhentos e trinta e cinco euros); -----
- Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré, com uma participação financeira de 13.100,00 €(treze mil e cem euros); -----
- Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro – CERCIAV, com uma participação financeira de 3.905,00 €(três mil, novecentos e cinco euros); -----
- Grupo Caritas da Gafanha da Nazaré, com uma participação financeira de 300,00 € (trezentos euros); -----
- Obra da Providência, com uma participação financeira de 4.580.00 € (quatro mil quinhentos e oitenta euros); -----
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo, com uma participação financeira de 6.320,00 €(seis mil, trezentos e vinte euros); -----
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, com uma participação financeira de 10.250,00 € (dez mil, duzentos e cinquenta euros); -----
- Sociedade de S. Vicente de Paulo – Conferência de Ílhavo, com uma participação financeira de 600,00 €(seiscentos euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO SÓCIO/PROFISSIONAIS A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E DE MORADORES PARA O ANO DE 2015. -----

Presentes os seguintes (02) dois Acordos de Cooperação: -----

- Associação de Moradores da Senhora dos Campos, com uma participação financeira de 700,00 € (setecentos euros). -----
- Núcleo dos Motorista da Beira Litoral, com uma participação financeira de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Dado que eram já 16.30 horas, hora destinada à audição do público e como se encontrava uma munícipe interessada em intervir, foi permitida a palavra a: -----

- **Iracema Ribeiro, moradora na Rotunda do Padrão, Branca, Albergaria-a-Velha**, dando conta que a venda de “pão e bolos regionais”, num dos quiosques pertença da CMI, que se encontra à entrada da Praceta do Molhe Sul, na Praia da Barra, já não é financeiramente tão atrativa quanto antes, pelo que solicita à Câmara Municipal de Ílhavo a devida autorização para que, complementarmente àquele espaço, possa também vender aqueles produtos no areal da aludida praia. -----

- Na resposta, **o Sr. Presidente da Câmara**, deu conta que a CMI apenas pode emitir licença de venda ambulante, sendo a autorização de venda em pleno areal da responsabilidade da Capitania do Porto de Aveiro, pelo que previamente deverá dirigir-se àquele organismo e só depois a Câmara Municipal pronunciar-se-á em articulação com aquela Entidade, atento os interesses dos vendedores e frequentadores daquela praia. -----

Não havendo mais ninguém interessado em intervir, prosseguiu-se com a **Ordem de Trabalhos**: -----

JUVENTUDE. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCUTEIROS PARA O ANO DE 2015. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

03-06-2015

1. A resposta positiva de todos os Agrupamentos do CNE do Concelho ao desafio lançado pela Câmara Municipal, consubstanciada no envio das suas propostas, dos seus Relatórios de Actividades referentes ao ano anterior e os respectivos Planos de Actividades para o ano em curso. -----

2. O acordo havido nas reuniões e contactos para o efeito realizados e estabelecidos com cada um dos Agrupamentos, não tendo existido, por parte dos mesmos, quaisquer referência de maior que porventura quisessem introduzir nas citadas propostas. -----

3. A importância que os Agrupamentos têm dado na Organização e Participação ativa nos diversos Acampamentos Municipais e em especial no (presente) VIIº Acampamento Municipal a realizar na Barra nos dias 06 e 07 de Junho. -----

4. A conjuntura económica que atravessamos, a qual, não obstante as dificuldades que todos sentimos, permitiu, mesmo assim, os consensos necessários com vista à definição da dimensão dos apoios e à sua distribuição. -----

5. O referido no Regulamento de Concessão de Apoios às Associações do Município de Ílhavo. -----

Proponho: -----

1. A aprovação dos Protocolos em anexo a estabelecer com todos os Agrupamentos de Escuteiros pertencentes ao Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) do nosso Concelho, cujo valor total atinge um montante de 14.770 Euros realçando-se neste montante, face à sua especificidade e ao apoio dado para o equipamento que necessitam (motor de embarcação), o valor proposto atribuir ao Agrupamento de Escuteiros Marítimos da Costa Nova. -----

2. A celebração dos referidos Acordos de Cooperação com os Agrupamentos citados. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

29.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Em anexo, procede-se à discriminação dos valores a atribuir a cada um dos Agrupamentos: ---

- Agrupamentos de Escuteiros N.º 189 – CNE Nª S.ª do Rosário de Ílhavo, com uma comparticipação financeira de €2.670,00 (dois mil, seiscentos e setenta euros); -----

03-06-2015

- Agrupamento de Escuteiros 1024 – CNE da Gafanha da Encarnação, com uma participação financeira de €2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa euros); -----
- Agrupamento de Escuteiros da Gafanha da Nazaré N.º 588 – D. José de Lencastre, com uma participação financeira de €2.970,00 (dois mil, novecentos e setenta euros); -----
- Agrupamentos de Escuteiros N.º 531 – CNE da Gafanha do Carmo, com uma participação financeira de €1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta euros); -----
- Agrupamentos de Escuteiros Marítimos da Costa Nova – Agrupamento Marítimo 878 - CNE, com uma participação financeira de €3.230,00 (três mil, duzentos e trinta euros); --
- Agrupamento 1021 – S. João Batista - CNE da Praia da Barra, com uma participação financeira de €1.760,00 (mil setecentos e sessenta euros). -----

ASSOCIAÇÕES DE JOVENS. -----

PROPOSTAS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO PARA O ANO DE 2015. -----

Presentes os seguintes (02) dois Acordos de Cooperação: -----

- Grupo de Jovens “A Torre”, com uma participação financeira de 2.090,00,00 €(dois mil e noventa euros); -----
- Grupo de Jovens “A Tulha”, com uma participação financeira de 4.140,00 €(quatro mil cento e quarenta euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

Na presente discussão e votação, não participou o Sr. Vereador José Vaz, por se considerar impedido (membro dos corpos sociais da “Tulha”), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – VI CONCURSO DJ’S – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Objetivos -----

Esta iniciativa, denominada “VI Concurso de DJ’s”, tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento do espírito e da capacidade criativa dos mais jovens, neste caso particular na área da música, constituindo uma das peças de um dos pilares da política de juventude da Câmara Municipal de Ílhavo, a Criatividade. -----

Destinatários -----

Poderão inscrever-se neste Concurso jovens DJ's iniciantes, com idade mínima de 16 anos e máxima de 30 anos. -----

Inscrições -----

1. A inscrição neste concurso decorrerá até ao próximo dia 01 de julho, devendo ser efetuada num dos Fóruns Municipais da Juventude - FMJ (Ílhavo, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo). -----

2. No ato da inscrição deverá ser entregue pelo jovem uma maqueta em MP3 em Pen Drive ou enviada para os endereços de e-mail do FMJ, com a duração máxima de 20 minutos. Esta maqueta deverá ainda incluir o nome artístico do DJ, o nome próprio, localidade, número de telefone e tipologia a que se candidata (deep, progressive, tribal, soulful, electro, tech, disco ...). -----

Pré-seleção -----

1. Os inscritos serão sujeitos, terminado o período de inscrições, a uma pré-seleção efetuada através da audição das maquetas pelo júri do concurso, composto por duas personalidades da *music scene*, a designar pela organização e por um representante da Câmara Municipal de Ílhavo. De entre as maquetas recebidas serão selecionadas as seis melhores. -----

2. Os resultados da pré-seleção serão afixados nos FMJ e no site da CMI no dia 01 de julho e os jovens selecionados serão contactados a partir dessa data. -----

3. Juntamente com os resultados da pré-seleção será indicada, a ordem da atuação dos participantes. -----

Concurso -----

1. O VI Concurso de DJ's da Câmara Municipal de Ílhavo terá lugar no próximo dia 11 de julho, sábado, pelas 22h00 na Praça do Farol da Praia da Barra. -----

2. O concurso apresentar-se-á num único estilo nas suas várias vertentes: House Music. -----

3. Todos os participantes terão de misturar em CD, não sendo aceite outros tipos de mistura. As misturas terão de ser obrigatoriamente feitas no momento do concurso. -----

4. O material a utilizar no concurso será disponibilizado pela organização e será composto por uma Mesa de Mistura e Pratos Pioneer (CD), e duas colunas de retorno Community de 400 W. -----

5. A organização não suportará quaisquer custos relacionados com o transporte dos participantes e/ou de material. -----

6. As atuações, cuja duração não deverá ser superior a 20 minutos cada, serão avaliadas pelo júri do concurso. -----

7. As decisões do júri são irrevogáveis, não podendo ser sujeitas a qualquer tipo de recurso. --

Prémios -----

1. Todos os concorrentes receberão um Certificado de Participação. Aos três primeiros classificados será ainda entregue um prémio monetário no valor de 150,00 Euros para o primeiro, 100,00 Euros para o segundo e 50,00 Euros para o terceiro. -----

2. Será ainda atribuído um “Prémio Especial do Público”, cujo valor será de 100,00 Euros em material/equipamento relacionado com esta atividade. Para a atribuição deste prémio será entregue a cada pessoa que assistir ao concurso um boletim de voto, que, depois de preenchido, será depositado numa urna. Ganhará este prémio o concorrente que obtiver mais votos. -----

Dúvidas e Omissões -----

1. Qualquer omissão ou dúvida relativa às presentes Normas de Participação será resolvida pela Câmara Municipal de Ílhavo. -----

2. Estas Normas Regentes são válidas apenas para este concurso e cessam no dia imediatamente a seguir. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

01.junho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

**CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS ASSOCIAÇÕES
DESPORTIVAS PARA O ANO DE 2015.** -----

Presentes os seguintes (02) dois Contratos Programa: -----

- Clube Natureza e Aventura de Ílhavo com uma comparticipação financeira de € 1.400,00 (mil e quatrocentos euros); -----

03-06-2015

- Grupo Columbófilo da Gafanha, com uma comparticipação financeira de €2.000,00 (dois mil euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes documentos. -----

CULTURA. -----

PROJETO “DE VOLTA AO MAR COM O CREOULA 2015” – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, datada de 01.junho.2015, elaborada pelo Vereador com o Pelouro da Cultura, Paulo Costa, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da realização do sorteio público relativo ao embarque de instruendos da CMI no “NTM Creoula”, cuja lista faz parte integrante da presente informação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PARTICIPAÇÃO DE ARTESÃOS NA EDIÇÃO DE 2015 DO FESTIVAL DO BACALHAU – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 28.maio.2015, elaborada pela Técnica Superior de Turismo, Susana Esteves, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da necessidade de criar um conjunto de princípios que visem ordenar a presença de artesãos no referido evento, desde logo pelo elevado número de candidatos à participação, mas também para acautelar os vários pressupostos enunciados na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Sugere-se ainda, à semelhança do ano de 2013, em que foi lançado o “Prémio de Artesanato do Festival do Bacalhau”, se mantenha o citado concurso para o ano em curso. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara, -----
01.junho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS PARA O ANO DE 2015. -----

Presentes os seguintes (21) vinte e um Acordos de Cooperação: -----

- ACDR “Os Amigos da Malha da Carvalheira”, com uma participação financeira de 1.110,00 €(mil cento e dez euros); -----
- Associação “Os Cardadores de Vale de Ílhavo”, com uma participação financeira de 1.360,00 €(mil trezentos e sessenta euros); -----
- Associação Desportiva Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos, com uma participação financeira de 500,00 €(quinhentos euros); -----
- Associação Cultural Pestinhas, com uma participação financeira de 865,00 €(oitocentos e sessenta e cinco euros); -----
- Associação Cultural e Recreativa Os Baldas, com uma participação financeira de 5.625,00 €(cinco mil, seiscentos e vinte e cinco euros); -----
- Associação Cultural e Recreativa “Os Palheiros da Costa Nova”, com uma participação financeira de 1.900.00 €(mil novecentos euros); -----
- Associação Recreativa e Cultural “Chio-Po-Po”, com uma participação financeira de 2.295,00 €(dois mil, duzentos e noventa e cinco euros); -----
- Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, com uma participação financeira de 9.635,00 €(nove mil, seiscentos e trinta e cinco euros); -----
- Coletividade Popular da Coutada, com uma participação financeira de 1.005,00 €(mil e cinco euros); -----
- Confraria Camoniana de Ílhavo com uma participação financeira de 840,00 € (oitocentos e quarenta euros); -----
- Confraria Gastronómica do Bacalhau, com uma participação financeira de 2.355,00 € (dois mil trezentos e cinquenta e cinco euros); -----
- Escola de Música Gafanhense com uma participação financeira de 1.880.00 € (mil oitocentos e oitenta euros); -----
- Filarmónica Gafanhense, com uma participação financeira de 9.400.00 € (nove mil e quatrocentos euros); -----
- Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré, com uma participação financeira de 6.200,00 €(seis mil e duzentos euros); -----
- Grupo Folclórico “O Arrais” com uma participação financeira de 3.150,00 €(três mil, cento e cinquenta euros); -----

03-06-2015

- Grupo Recreativo Os Amigos da Légua, com uma comparticipação financeira de 2.245,00 € (dois mil, duzentos e quarenta e cinco euros); -----
- Grupo Regional de Danças e Cantares da Gafanha do Carmo, com uma comparticipação financeira de 1.530,00 €(mil quinhentos e trinta euros); -----
- Grupo Teatro Ribalta, com uma comparticipação financeira de 1.255,00 €(mil, duzentos e cinquenta e cinco euros); -----
- Rancho Folclórico “As Ceifeiras” da Gafanha da Encarnação, com uma comparticipação financeira de 2.665,00 €(dois mil seiscentos e sessenta e cinco euros); -----
- Rancho Regional da Casa do Povo de Ílhavo, com uma comparticipação financeira de 7.615,00 €(sete mil seiscentos e quinze euros). -----
- Truques e Engenhocas – Associação de Modelismo, com uma comparticipação financeira de 1.405,00 €(mil quatrocentos e cinco euros); -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

ABASTECIMENTO. -----

ATRIBUIÇÃO DE TRÊS (3) LOJAS (A,C e D) DO MERCADO MUNICIPAL DA COSTA NOVA – ATA DA HASTA PÚBLICA – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA. -----

Presente a Ata da Hasta Pública referenciada em título, datada de 26.maio.2015, elaborada pelo respetivo júri do procedimento, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se encontram discriminados os candidatos a quem foram atribuídas provisoriamente as lojas A e C, não se tendo verificado concorrentes à loja D, bem como as condições relativas à atribuição das respetivas lojas, para efeitos de aprovação e conseqüente adjudicação definitiva. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO APOIADO DE 4 FOGOS NA FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

03-06-2015

1 - A aprovação por unanimidade, da lista provisória dos/as candidatos/as admitidos e excluídos, bem como da lista provisória de classificação dos/as candidatos/as admitidos ao concurso para atribuição do direito ao Arrendamento Apoiado de 4 fogos na freguesia da Gafanha da Nazaré no Município de Ílhavo, por deliberação de Reunião de Câmara de 06/05/2015; -----

2 - Com a afixação destas, ocorreu o período da audiência de interessados, de acordo com o disposto nos artigos 121º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 04/2015, de 07/01; -----

3 - Não ter sido rececionada em prazo legal, nenhuma reclamação; -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove a lista definitiva dos/as candidatos/as admitidos e excluídos, bem como, a lista definitiva de classificação dos/as candidatos/as efetivos/as e suplentes ao direito ao arrendamento apoiado, dos referidos quatro fogos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

27.maio.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 4 (quatro) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

01 - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Casa da Música de Ílhavo” – Auto de Revisão de Preços, no valor de €- 1.908,88 (mil novecentos e oito euros e oitenta e oito cêntimos, negativos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra – Engenharia e Construção, SA. -----

02 - Da Empreitada “Requalificação do Mercado da Barra” – 3ª Situação Contratual, no valor de €45.997,57 (quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete euros e cinquenta e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: José António Parente, Lda. -----

03 - Da Empreitada “Adaptação e Conservação do Edifício Municipal - Coberturas” – 4ª Situação Contratual, no valor de €23.545,75 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e cinco

03-06-2015

euros e setenta e cinco cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Lusocol – Sociedade Lusa de Construções, SA. -----

04 - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Abertura, Retificação e Pavimentação de Arruamentos, Estacionamentos e Passeios no Concelho 2015” – 1ª Situação Contratual, no valor de €75.650,96 (setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes 4 (quatro) autos e proceder ao pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.20 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----